

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.345 - SP (2018/0165223-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : MÁRCIO PEREZ DE REZENDE - SP077460
ALESSANDRO ALCÂNTARA COUCEIRO - SP177274
MAYRA SIQUEIRA - SP321674
AGRAVADO : MARCOS FABIO DE SOUSA
ADVOGADO : KELEN CRISTINA DA SILVA - SP298824

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). ALEGADA A FALTA DE INTERESSE NA PROPOSITURA DA LIDE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284 DO STF. ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVAS QUE COMPROVEM A CULPA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. REEXAME. SÚMULA 07/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. INCIDÊNCIA NA ESPÉCIE DA SÚMULA 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundamentado na alínea "a", inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

Declaratória c.c. indenização — Documento juntado com as razões de recurso sem justificativa para a demora — Impossibilidade, por não se tratar de documento novo — Ausência de prova da existência do contrato que deu origem à inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito — Débito considerado inexigível — Dano moral configurado — Redução que não se mostra cabível — Recurso improvido , com majoração da verba honorária. (e-STJ, fls. 126-131)

Nas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 134-149), a recorrente alega a negativa de vigência aos artigos 267, incisos III e VI, 499 e 515, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973, bem como aos artigos 186, 187 e 927, do Código Civil de 2002.

Sustenta, essencialmente, que *"fica evidente que a Recorrida não possui nenhum interesse na propositura desta lide"* (e-STJ, fl. 142) e ainda que *"os documentos anexados de forma alguma comprovam a culpa do banco Réu, ao contrário, tão somente fomentam a culpa exclusiva de terceiro"* (e-STJ, fl. 147) e, por isso, *"o valor da condenação imposto no v. acórdão é totalmente descabido, não correspondendo à lesão que afirma ter sofrido, mesmo porque esta inexistente"* (e-STJ, fl. 150).

Contrarrazões apresentadas às folhas 156-162, e-STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 164-165), que negou seguimento ao recurso, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Nas razões do agravo infirmou especificamente os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece prosperar.

Com efeito, depreende-se da análise dos autos que, no que tange à alegação de violação aos artigos 267, incisos III e VI, 499 e 515, §1º, do CPC/1973, o recorrente olvidou-se de demonstrar, de forma clara e objetiva, de que forma o acórdão recorrido teria violado os dispositivos de lei federal mencionados. O recorrente limitou-se a mera indicação dos artigos que supostamente teriam sido infringidos, sem realizar a particularização da questão federal controvertida, o que caracteriza deficiência na fundamentação.

Cumprе ressaltar que a mera indicação dos dispositivos de leis federais supostamente violados sem a demonstração da configuração de violação atrai, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF.

Outrossim, quanto às alegações de que não há provas que comprovem a responsabilidade da recorrida na ocorrência dos danos, observa-se que o Tribunal de origem, após exame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, assentou que:

Sendo assim, de rigor reconhecer que a inserção do registro importou em ofensa à honra do autor, não sendo demais lembrar que, na inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, o dano moral caracteriza-se in re ipsa, isto é, independe de prova, sendo seu prejuízo deduzido dos nefastos efeitos que provoca ao titular do nome anotado. (e-STJ, fl. 129)

Nesse sentido, a questão posta requer a análise das alegações sobre se a recorrente teria ou não culpa sobre os efeitos danosos causados ao recorrido, o que demandaria a revisão dos fatos concernentes à sua atuação, procedimento vedado em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 07/STJ.

A respeito da revisão do valor arbitrado a título de indenização por danos morais, compulsando os autos, verifica-se que o Tribunal de origem, a partir do exame fático-probatório, entendeu que o valor arbitrado a título de danos morais restava ínfimo e apenas não o majorou por falta de pedido do recorrido. O acórdão assim assentou:

E, considerando-se, portanto, as peculiaridades do caso, em especial, a intensidade do dano sofrido e a condição social da vítima e ofensor, tem-se que sua fixação em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) se mostra aquém dos valores arbitrados por este Relator, não sendo elevada por ausência de pedido.

Efetivamente, a definição do quantum indenizatório deve observar o método bifásico, condutor do arbitramento equitativo exercido pelo juiz, o qual analisa o interesse jurídico lesado e as peculiaridades ocorridas no caso para a definição de valor que vise compensar e reparar os danos causados.

Nesse sentido:

**RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL.
ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANO MORAL.
QUANTUM INDENIZATÓRIO. DISSÍDIO**

JURISPRUDENCIAL. CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO EQUITATIVO PELO JUIZ. MÉTODO BIFÁSICO. VALORIZAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO LESADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

1. Discussão restrita à quantificação da indenização por dano moral sofrido pelo esposo da vítima falecida em acidente de trânsito, que foi arbitrado pelo tribunal de origem em dez mil reais.

2. Dissídio jurisprudencial caracterizado com os precedentes das duas turmas integrantes da Segunda Seção do STJ.

3. Elevação do valor da indenização por dano moral na linha dos precedentes desta Corte, considerando as duas etapas que devem ser percorridas para esse arbitramento.

4. Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes.

5. Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.

6. Aplicação analógica do enunciado normativo do parágrafo único do art. 953 do CC/2002.

7. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.

8. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 959.780/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 06/05/2011)

Excepcionalmente, quando a quantia fixada na origem se mostrar ínfima ou excessiva, admite-se a intervenção desta Corte para ajustá-la aos patamares da razoabilidade.

No caso concreto, não se pode reputar exorbitante o valor da indenização ao recorrido, diante das minúcias do caso em destaque.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. SÚMULA 54/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Segundo o entendimento desta eg. Corte de Justiça, o valor

estabelecido a título de indenização por danos morais, pelas instâncias ordinárias, só pode ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se verifica no presente caso, em que foi fixada a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pela inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, sem a comprovação do negócio jurídico.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, em se tratando de responsabilidade extracontratual, como na hipótese dos autos, aplica-se o entendimento da Súmula 54/STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual."

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1282063/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 19/02/2019 - g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO PARA AFASTAR A MULTA APLICADA COM AMPARO NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. Não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação. Precedentes.

2. Na linha da pacífica jurisprudência desta Corte, a correção monetária e os juros de mora, como consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e podem ser analisados pelas instâncias ordinárias até mesmo de ofício, o que afasta suposta violação do princípio do non reformatio in pejus. Precedentes.

3. Hipótese em que a decisão proferida pelo Tribunal de origem no tocante ao valor do dano moral pela inclusão indevida em cadastro de inadimplentes (R\$ 6.000,00) encontra-se em consonância com a pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o qual entende ser razoável a condenação a até 50 (cinquenta) salários mínimos. Incidência da Súmula 83 desta Corte.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1242968/PB, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 14/09/2015 - g.n.)

Portanto, ante a proporcionalidade e a razoabilidade do quantum indenizatório, alterar essa quantia demandaria o real reexame fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula no 07/STJ.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), majoro os honorários para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator